Aula 2

DO IMPÉRIO ROMANO AOS REINOS GERMÂNICOS

META

Analisar as mudanças que ocorreram na Europa Ocidental nos primeiros séculos da Era Cristã, especialmente aquelas relacionadas à ruína do Império Romano e à invasão da Europa pelos povos bárbaros.

OBJETIVOS

Ao final desta aula, o aluno deverá:
identificar na crise do Império Romano as condições que favoreceram as invasões e o desaparecimento do Império Ocidental; relacionar o surgimento de uma nova ordem política, social econômica com a fusão de elementos da cultura romana com a dos bárbaros germânicos; acompanhar a formação de um novo mapa geopolítico do Ocidente europeu.

Lenalda Andrade Santos
Bruno Gonçalves Alvaro

INTRODUÇÃO

Ao estudar História Antiga vocês conheceram a trajetória histórica de Roma, de uma pequena cidade nascida às margens do Tibre ao Império cujos limites estiveram perto de confundir-se com os do universo civilizado. Mas esse Império não resistiu a uma série de problemas que se agravaram no século III, e no ano de 395 acabou sendo dividido em duas partes, o Império Romano do Ocidente e o Império Romano do Oriente.

Sob forte pressão de povos bárbaros – Germânicos – que se acercaram das suas fronteiras nos primeiros séculos da Era Cristã, o Império Romano Ocidental desapareceu no ano 476. Foi a partir de então que surgiram nessa parte da Europa as formações sociais que deram início aos modernos Estados da região.

Iniciaremos o presente capítulo revendo algumas questões relacionadas à crise do Império, com o propósito de acompanhar as transformações que se seguiram à ruína do mesmo, especialmente da sua parte ocidental. Com esse assunto iniciamos o estudo da chamada Alta Idade Média, período marcado primeiro pela regressão no que diz respeito à organização política e ao domínio cultural dos romanos, à qual se segue o aparecimento das condições para o crescimento que vai orientar a formação de um mundo novo.

Batistério da Igreja de São João de Latrão, em Roma, datado da época do imperador Constantino (Fonte: Ramos, Luciano. Os Reinos Bárbaros - São Paulo: Ática, 1993. p. 30).

A CRISE DO IMPÉRIO ROMANO

Caros alunos. Nos estudos anteriores sobre a História de Roma vocês ficaram sabendo como a gradativa expansão das suas fronteiras levou à construção do maior império da Antiguidade. Como se organizou um sistema econômico, social e político que garantiu a unidade, a funcionalidade e estabilidade do Império nos primeiros séculos da Era Cristã.

Aprenderam que a civilização romana deixou marcas duradouras na cultura ocidental, como as que chegaram ao mundo contemporâneo na área do Direito, da lingüística, da arquitetura, da prática política, da organização administrativa e do exército, por exemplo.

> Você sabia que no século IV a cidade de Roma contava com 28 bibliotecas públicas, além de várias bibliotecas privadas? Que para enriquecer suas bibliotecas domésticas, os ricos romanos costumavam mandar copiar livros por escravos especializados chamados librarii ou amanuenses? Que existiam em Roma numerosos livreiros (bibliopolae) e que os vendedores de livros usados chamavam-se libelliones? (GIORDANI, 1968, p. 225).

No caso do Direito Romano, por exemplo, sua importância para o mundo atual não consiste só em ter sido, por um momento, a fonte ou origem do Direito: esse valor foi só passageiro. Sua autoridade reside na profunda revolução interna, na transformação completa que causou em nosso pensamento jurídico, e em ter chegado a ser, como o Cristianismo, um elemento da Civilização Moderna. (GIORDANI, 1968, p. 254).

Mas o Império, ao abrigar em suas fronteiras o mundo civilizado da época, também se defrontou com os problemas resultantes da imensidão do território e da complexidade política, militar e econômica que se criara. E a eles foi-se acrescentando, no decurso do século III, a diminuição da produção e do fluxo comercial, o declínio do comércio e das cidades, o colapso do sistema escravista e, ainda, a pressão dos povos bárbaros que habitavam junto às suas fronteiras.

Em tais circunstâncias ficou difícil para os romanos manterem por muito mais tempo a hegemonia política, econômica e cultural que haviam alcançado.

Tentativas foram feitas. Dentre elas a de dividir Império em duas partes, conforme aconteceu no ano de 395, por iniciativa do imperador Teodósio, da qual resultou o Império Romano do Ocidente, com capital em Milão e o Império Romano do Oriente, cuja capital era Constantinopla.

Com o gradual afastamento que foi se verificando no século V, as duas partes do Império adquiriram maneiras próprias de ser e proceder.

Enquanto a parte oriental, sob o Império Bizantino, recuperou padrões culturais gregos, organizou-se e conseguiu fazer frente aos invasores bárbaros, pelo menos ato o século XV, o Império do Ocidente, sem conseguir reagir, teve seu território ocupado e desapareceu mil anos antes. Vejamos como as coisas aconteceram.

OS BÁRBAROS

Dissemos um pouco antes que a pressão exercida por povos que habitavam em terras das fronteiras tinha sido uma das causas da crise do Império Romano. Aqui veremos como o deslocamento deles, na verdade de várias tribos deles, para dentro espaço territorial romano, acabou se constituindo na causa imediata do desaparecimento do Império do Ocidente.

Por que os invasores eram chamados de bárbaros? Que povo era esse? Como destruíram o Império Romano? Vejamos algumas respostas.

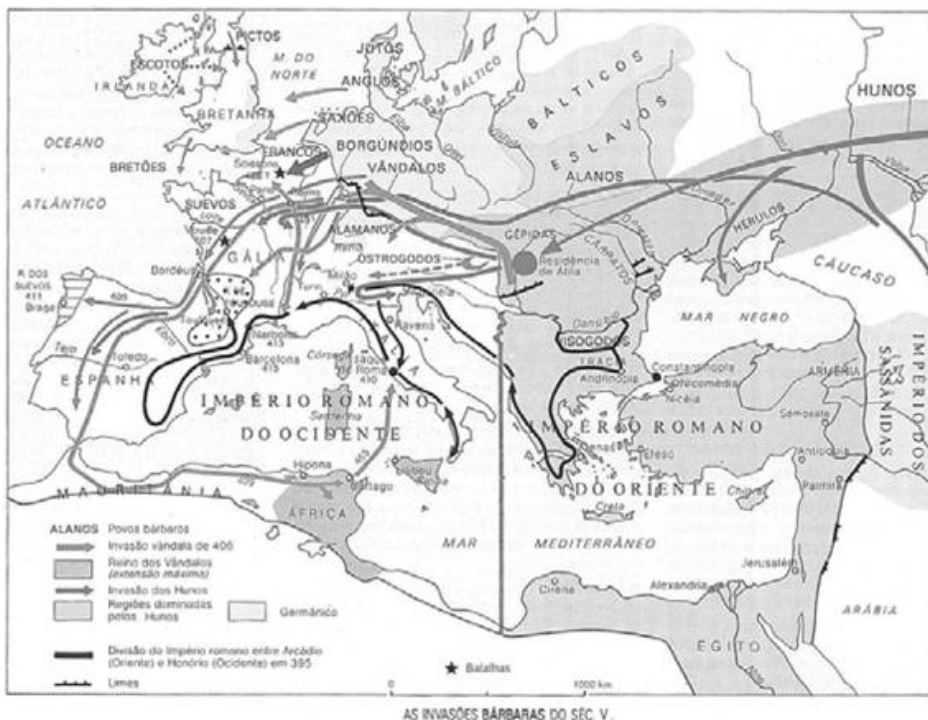
Os gregos chamavam de bárbaros a todos aqueles que não possuíam a cultura grega. Os romanos deram continuidade ao uso do qualificativo, também aplicado aos que não fizessem parte de sua civilização e, portanto, não se expressassem em sua língua. Por extensão, consideravam que "para além do Reno e do Danúbio estender-se-ia a Barbaria, isto é, a porção do mundo quase desconhecida, que não tem a felicidade de participar da civilização romana". (PERROY, 1964, p. 17)

Bárbaros, portanto, era uma expressão usada para designar povos distintos, a exemplo dos germânicos, celtas, bretões, hunos, eslavos, mongóis, isso para citar aqueles que tiveram maior envolvimento com a história do ocidente. Aqui, trataremos em especial dos germânicos, cujas tribos se envolveram mais diretamente com a crise e o desaparecimento do Império Romano do Ocidente.

Os germânicos eram povos oriundos do norte da Europa. Na verdade eram "grandes grupos consangüíneos reunidos em tribos, que por sua vez se agrupavam em confederações militares, os "povos", francos, alamanos, burgúndios, vândalos, ostrogodos e visigodos, conduzidos por chefes de guerra, os reis." (PERROY, 1964, p. 17).

Os povos germânicos tinham um modo de vida bastante simples. Viviam da agricultura e do pastoreio. Praticavam ainda a caça e a pesca. A guerra tinha importância fundamental na obtenção de riqueza. Sua sociedade era patriarcal e baseava-se na família. As famílias agrupavam-se em tribos independentes, que se reuniam apenas em época de guerra. Os chefes de tribos mantinham relações de ajuda mútua, baseados em um código de reciprocidade; deviam comportar-se com justiça e os guerreiros deviam obedecer-lhes. Em tempo de guerra formava-se o comitatus, bando armado que se organizava temporariamente e se baseava na reciprocidade das relações entre comandantes e comandados: o comandado prometia ficar a serviço do comandante; o comandante se comprometia a defender o comandado. Essa relação seria outra contribuição dos germânicos à sociedade feudal.

Quanto à religião, os germânicos eram animistas, isto é, adoravam as forças da natureza. Seu deus principal era Odin ou Votan, deus da guerra. Acreditavam num paraíso, o valha La, onde as Valquírias, virgens guerreiras, entretinham os felizes guerreiros." (ARRUDA; PILETTI, 1999, p. 99).

AS INVASÕES BÁRBARAS DO SÉC. V.

(Fonte: Grande Enciclopédia Larousse Cultural, v. 3, p.

A aurora da Idade Média está marcada por um acontecimento bem característico: as invasões. Calmette sublinha: "A invasão é o fato inicial da Idade Média. Nenhum fato da mesma amplitude ou de conseqüências comparáveis se produziu depois, e a História subsequente, entendida corretamente, nada mais foi que a evolução da sociedade resultante da invasão. É necessário entender por invasão a compenetração desses dois elementos até então separados: o civilizado grego ou latino, helenizado ou latinizado, e o bárbaro recém-chegado sobre o solo imperial." (GIORGANI, 1968, p.21).

Godos: É um termo que expressa referência aos visigodos e ostrogodos.

Defrontados com os efeitos de mudanças climáticas que reduziram as áreas de cultivo e de criação, os germânicos começaram a deslocar-se pata terras do centro e sul da Europa. Atraídos pelo Império Romano as tribos foram se aproximando das suas fronteiras nos primeiros séculos da Era Cristã. "Eventualmente, o governo imperial admitia o ingresso de povos inteiros em seu território, mas era suficientemente cauteloso, procurando dispersá-los e negando-lhes a possibilidade de articulação militar". (ATLAS DA HISTÓRIA DO MUNDO, Folha de São Paulo, p. 99).

Aos poucos foi se estabelecendo um intenso contato entre os romanos e os bárbaros germânicos que viviam dentro ou junto das fronteiras imperiais. "Missionários vindos do Império introduziam entre os godos a religião cristã, mas sob uma for ma herética, o arianismo. Inversamente, grande número de germânicos que atravessaram as fronteiras instalaram-se como agricultores nos cantões mal povoados do mundo romano ou faziam carreira no exército". (PERROY, 1964, p. 17).

No ano 280, Roma conseguiu impedir a continuidade da imigração dos bárbaros para dentro das fronteiras do Império, fato que, segundo Le Goff, se deveu menos aos sucessos militares dos imperadores e mais à "tranqüilidade reinante após a acolhida dos bárbaros como federados, como aliados fronteiriços do Império. Eram os primeiros sinais de uma fusão que caracterizaria a Idade Média". (LE GOFF, 2005, p. 20).

Contudo, uma seqüência de invasões em larga escala ocorridas a partir do início do século V, fez com que os romanos perdessem o controle da situação. Sob pressão de um novo movimento migratório vindo da Ásia, envolvendo os Hunos, as tribos germânicas dos godos e vândalos atravessaram as fronteiras, pondo fim ao relacionamento pacífico com os romanos.

Átila, chefe dos hunos (434-453) (Fonte: Revista L' Histoire, n. 327. janeiro de 2008. p. 62).

Os hunos costumam ser conhecidos pelo seu rei Átila, chamado de o "flagelo dos deuses". O depoimento abaixo sobre o aspecto e os costumes reforça a imagem de um povo rude e violento.

"....Todos eles têm membros compactos e firmes, pescoços grossos, e são tão prodigiosamente disformes e feios que os poderíamos tomar por animais bípedes ou pelos toros desbastados em figuras que se usam nos lados das pontes. Tendo porém o aspecto de homens, embora desagradáveis, são rudes no seu modo de vida, de tal maneira que não têm necessidade nem de fogo nem de comida saborosa; comem as raízes das plantas selvagens e a carne semicrua de qualquer espécie de animal que colocam entre as suas coxas e os dorsos dos cavalos para aquecer um pouco.

Vestem-se com tecidos de linho ou com as peles de r atos- silvestres cosidas umas às outras, e estas ser vem tanto para uso doméstico como para fora. Mais uma vez que meteram o pescoço numa túnica desbotada, não a tiram ou mudam até que pelo uso quotidiano se faça em tiras e caia aos pedaços. [...] Ninguém entre eles lavra a terra ou toca um arado. Todos vivem sem um lugar fixo, sem lar nem lei ou uma forma de vida estabilizada, parecendo sempre fugitivos nos carros onde habitam; aí as mulheres lhes tecem as horríveis vestimentas, aí elas coabitam com os seus maridos, dão à luz os filhos e criam as crianças até a puberdade. Nenhum deles se for interrogado poderá dizer donde é natural, porque, concebido num lugar, nasceu já noutro ponto e foi educado ainda mais longe." (PEDRERO-SÁNCHEZ, 2000, p. 30-31)

No ano de 476, depois de quase um século de deslocamentos, quando as tribos germânicas já haviam cruzado todo o ocidente europeu e os romanos controlavam apenas a península itálica, um chefe bárbaro, Odoacro, destronou o último imperador romano do ocidente, Rômulo Augusto. Embora em menor número, os bárbaros tinham superioridade militar e contaram "com a cumplicidade ativa ou passiva da massa da população romana", enquanto o Império enfrentava o desmoronamento da suas bases política, econômica e social.

Como vocês sabem, a morte do último imperador romano do ocidente é geralmente aceita como marco cronológico do fim da Antiguidade, portanto do início de uma nova fase da história do ocidente, o que inclui uma grande mudança no seu mapa político.

Após o intenso movimento migratório ocorrido no século V, aos poucos as tribos germânicas foram se fixando num determinado local e seus membros misturando-se aos romanos. Foi o necessário para o surgimento de novos reinos, cuja base social, política e econômica resultava da fusão da cultura dos bárbaros com a dos romanos.

Dentre os novos reinos formados no território do ocidente europeu merecem destaque:

- Vândalos, no norte da África;
- Ostrogodos, na península Itálica;
- Visigodos, na península Ibérica;
- Anglo-Saxões, na Britânia (atual Inglaterra);
- Francos, na Europa central (atual França).

(Fonte: ARRUDA, José Jobson. História Integrada. v. II - São Paulo: Ática, 1995. p.

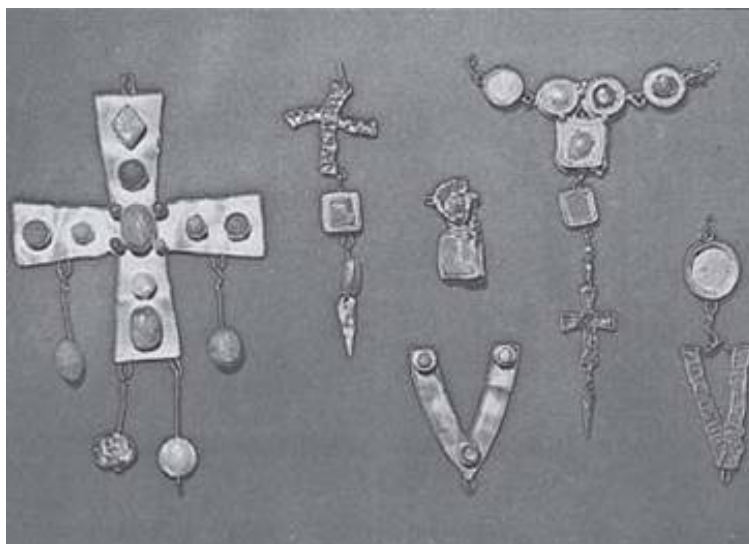
Escolha de governantes entre os germanos
"Os reis são escolhidos segundo sua nobreza, os chefes segundo sua coragem. Mas o poder dos reis não é ilimitado, nem arbitrário e os chefes, mais pelo exemplo do que pela autoridade, tomam as decisões, atraem os olhares, combatem na primeira linha, impõem-se pela admiração. Além disso, ninguém tem o direito de tirar a vida, de acorrentar, mesmo de fustigar, a não ser os sacerdotes, não a título de castigo, nem sob a injunção de um chefe, mas como se a ordem viesse do deus que eles acreditam estar presente ao lado dos combatentes. Os germanos levam à batalha imagens e emblemas que tiram dos bosques sagrados, mas o que estimula singularmente a bravura, não é nem o acaso, nem a disposição fortuita que constitui o esquadrão, nem os cantos, mas sim as famílias e os parentes." (TÁCITO, a Germânia. In: PINSKY, 1988, p. 74-75).

Exceto no que diz respeito aos francos, que serão tema de um próximo capítulo, vejamos algumas questões relativas aos novos reinos, começando por pensar nas linhas gerais que orientaram a formação da sociedade.

Dissemos acima que houve uma fusão de culturas. Na verdade o que houve "desde o princípio foi a aculturação entre os dois grupos. Os Bárbaros que se instalaram no século 5º não eram mais os povos jovens e selvagens saídos há pouco das florestas ou da estepe. [...] Tinham já evoluído bastante durante seus deslocamentos, seculares em vários casos, que por fim os lançaram sobre o mundo romano. Tinham visto muito, muito aprendido e muito retido.[...]

Traziam consigo técnicas refinadas: a marchetaria, técnicas de ourivesaria, arte do couro, e a arte admirável das estepes e seus animais estilizados. Tinham sido muitas vezes seduzidos pela cultura dos impérios vizinhos e haviam nutrido pelo saber e o luxo uma admiração um pouco desajeitada e superficial, mas respeitosa.

Outro fato capital transformara a face dos invasores bárbaros. Embora uma parte tenha permanecido pagã, outra, e não das menores, tornara-se cristã. Mas, por um curioso acaso que viria a se mostrar cheio de conseqüências, os Bárbaros convertidos – Ostrogodos, Visigodos, Burgúndios, Vândalos, e mais tarde os Lombardos – adotaram o arianismo que, depois do Concílio de Nicéia, tornara-se uma heresia. [...] Restava a atração exercida pela civilização romana sobre os Bárbaros." (LE GOFF, 2005, p. 25-26).

Por causa da admiração que nutriam pelas instituições romanas e da longa coexistência com as mesmas, a instalação dos Bárbaros no território imperial pode ser "rapidamente seguida de uma fusão mais ou menos completa".

Jóias produzidas por ourives visigodos (Ramos, Luciano. Os Reinos Bárbaros. São Paulo: Ática, 1993. p. 31).

Mesmo considerando essa tendência dos estudiosos, a de privilegiar a aculturação como um dos desdobramentos da ruína do Império Romano do Ocidente, convém retomar a questão da continuidade ou ruptura da nova sociedade em relação à Antiguidade Clássica.

Na sua História Geral das Civilizações, Perroy justifica assim a tese da continuidade: ...” ao contrário do que se verificara nas regiões fronteiriças, esta nova organização das relações políticas não provocou ruptura na História da civilização. Nas margens do Mediterrâneo, os bárbaros, senhores absolutos do poder, não passavam, todavia, de ínfima minoria e, além disso, permaneceram durante muito tempo acantonados em pequenos grupos que viviam afastados das populações romanas: assim, nas cidades italianas, os ostrogodos ocupavam bairros especiais. Apenas os chefes germânicos entraram rapidamente em contato com os membros da classe senatorial, associados ao novo regime na medida em que este lhes permitia viver à vontade e continuar a exercer as funções da administração civil. Mas, então, foram os invasores que assimilaram a cultura nativa. Os seus eram, com efeito, de qualidade demasiado inferior e não podiam ser adotados pela aristocracia latina, exceto, talvez, certas formas mais calorosas de devotamento pessoal que se introduziram nos quadros jurídicos da commandato romana.” (PERROY, 1964, p. 20-21).

Para Jacques Le Goff, um dos mais importantes estudiosos do medievo da atualidade, muito embora os Bárbaros tenham adotado tanto quanto puderam do que o Império romano legou de superior, “sobretudo no domínio da organização política e no domínio da cultura, ... eles precipitaram, agravaram, exageraram a decadência que se tinha iniciado sob o Baixo Império. De um declínio, eles fizeram uma regressão.” Regressão quanti-

tativa, regressão técnica, regressão do gosto e dos costumes e regressão da administração e da majestade de governo, eis o saldo das invasões dos Bárbaros. Mas o estudioso também considera o fato de o primeiro impulso para o crescimento, que marca a Idade Média, ocorrer justamente com os Francos, na fase do Império Carolíngio. (2005, p. 37-39).

"Com relação à Antiguidade romana, a vida privada torna-se efetivamente um fator predominante de civilização, para não dizer o mais importante. A mais evidente prova disso é o eclipse da cidade diante do campo. Antes a alegria de viver estava nas ruas e nos grandes monumentos urbanos; agora se refugia nas casas e nas cabanas. Antes, com suas leis, tropas e edis, o Império se honrara em facilitar a vida pública como ideal de vida; agora, com os reinos germânicos, dilui-se o culto da urbanidade em proveito da vida privada. Para os recém-chegados, os germanos, quase tudo é de domínio privado." (ROUCHE, p. 403).

CONCLUSÃO

No século III da Era Cristã, quando os imperadores romanos enfrentavam já uma crise interna, tiveram que defrontar-se com mais uma dificuldade, representada pela aproximação de bárbaros germânicos das suas fronteiras.

Inicialmente pacíficas, as relações entre romanos e germânicos transformaram-se em belicosas, mas isso não impediu que ocorresse uma fusão mais ou menos completa entre os dois grupos culturais. Dessa forma, à regressão que marcou os séculos seguintes à queda do Império Romano do Ocidente, a Europa, agora com um novo mapa político, pode dispor das condições para o crescimento e para as mudanças que virão em seguida.

Por outro lado, a adoção pelos chefes germânicos do legado romano, especialmente no que diz respeito à organização política e a cultura, permitiu a continuidade de aspectos essenciais da cultura greco-romana.

RESUMO

A grandiosidade e o esplendor do Império Romano, cujas fronteiras circundavam todo o mar Mediterrâneo, representavam uma atração para povos que viviam fora da sua área de controle. Era o caso dos germânicos, povos oriundos do norte da Europa, que fugindo dos efeitos de mudanças climáticas ocorridas na região, começaram a deslocar-se para perto do Império nos primeiros séculos da Era Cristã.

Dessa forma, no século III, já era grande o número de germânicos que viviam nas áreas fronteiriças ou mesmo dentro do Império Romano. Ao

mesmo tempo em que isso acontecia, também aumentavam os problemas enfrentados pelos imperadores, o que fragilizava as bases do Império e levou à sua divisão no ano 395.

A ocorrência de novos movimentos migratórios acontecidos no século V, e que trouxeram para a Europa povos asiáticos, a exemplo dos Hunos, provocaram um deslocamento em massa dos germânicos, do que resultou o fim do Império Romano do Ocidente.

Assim como outros povos que não tinham os costumes nem falavam a língua dos romanos, os germânicos eram chamados de bárbaros. Mas a prolongada coexistência e a abertura dos germânicos à influência da cultura greco-romana, facilitaram a aculturação e permitiram o surgimento de condições para as mudanças que caracterizam a Baixa Idade Média.

1. Compare o mapa do Império romano com o novo mapa político da Europa do período pós-invasões e localize nele os mais importantes Reinos germânicos.

2. A propósito do depoimento sobre os Hunos discuta com os colegas a questão da objetividade do historiador.

3. Leia e reflita sobre questões da vida privada na Alta Idade Média Ocidental. O 1º volume da coleção História da vida privada, dirigida por Philippe Áries e Georges Duby, traz informações interessantes sobre corpo, violência, morte, casas, sexo, paixão, dentre outros assuntos.

Na próxima aula trataremos da outra parte do Império Romano, a do Oriente, através do estudo do Império Bizantino.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, José Jobson de A. ; PILETTI, Nelson. **Toda a história**: História Geral e do Brasil. 8 ed. São Paulo: Ática, 1999.
GIORDANI, Mário Curtis. **História de Roma**. Petrópolis: Vozes, 1968.
———— **História do Império Bizantino**. Petrópolis: Vozes, 1968.
LE GOFF, Jacques. **A civilização do Ocidente Medieval**. Bauru, SP: Edusc, 2005.
———— **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**. v. 1. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.
PEDRERO-SANCHEZ, Maria Guadalupe. **História da Idade Média**: textos e testemunhas. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
PERROY, Édouard. **A Idade Média**: a expansão do Oriente e o nascimento da Civilização Ocidental. In: CROUZET, Maurice. História Geral das Civilizações. v. 1. Tomo III. São Paulo: DIFEL, 1964.
PINSKY, Jaime (org.). **100 textos de História Antiga**. São Paulo: Contexto, 1988.
ROUCHE, Michel. **Alta Idade Média Ocidental**. In: ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges. História da vida privada. v. 1. São Paulo: Schwarcz, 1990.